www.psicologia.pt
ISSN 1646-6977
Documento publicado em 29.05.2016

OS DISCURSOS CONTROVERSOS SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

2016

Andressa Baggio Mayer
Acadêmica do Curso de Psicologia – ULBRA, Santa Maria, RS (Brasil)
andressabm@yahoo.com.br

Catiele dos Santos
Acadêmica do Curso de Psicologia – ULBRA, Santa Maria, RS (Brasil)
catieli.lb@hotmail.com

Arnaldo Toni Chagas
Psicólogo. Sociólogo. Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Professor do Curso de Psicologia– ULBRA, Santa Maria, RS. Líder do Grupo de Pesquisa "Drogas, Mídias, Discurso e Políticas Públicas" (CNPq)
arnaldotoni@gmail.com

RESUMO

O artigo faz referência a um projeto desenvolvido no grupo de pesquisa "Drogas, Mídias, Discurso e Políticas Públicas" (CNPq), sob a orientação do professor Dr. Arnaldo Toni Chagas. O objetivo deste é analisar, através da semiótica de linha francesa desenvolvida por Greimas e do *Percurso Gerativo de Sentido* (doravante PGS), a produção discursiva veiculada na revista "*Veja Online*" e no jornal "*O Camarão*", com relação à "legalização da maconha". A primeira parte do artigo apresenta, resumidamente, a teoria semiótica do texto, sendo a segunda parte deste destinada à apresentação da revista e do jornal mencionados. Posteriormente, em um terceiro momento, exibiremos fragmentos da análise de uma reportagem veiculada pela revista e de um editorial referente ao jornal, ocorrendo a retomada de conceitos semióticos, que possibilitarão a compreensão das produções de sentido. Por último, efetuar-se-á a discussão dos dados obtidos mediante as análises, através de uma articulação com conceitos de autores como Foucault, Chauí, Pêcheux, Fiorin, entre outros, que de forma excepcional, elucidam as estratégias e artimanhas do discurso e da ideologia.

Palavras-chave: semiótica, discurso, "*veja online*", "*o camarão*", produções de sentido.

1. A SEMIÓTICA DE LINHA FRANCESA

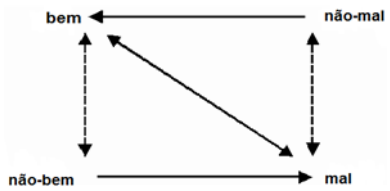
A Semiótica de Greimas, sintetizada brevemente neste trabalho, é concebida como um modelo de investigação referente à produção do sentido do texto, que segundo Barros (2005) é um todo organizado de sentido, o qual engendra seu plano de conteúdo sob a configuração de um *percurso gerativo do sentido* (PGS). Esse percurso, fundamental para a construção semiótica do texto, constitui-se de três níveis: *Fundamental, Narrativo e Discursivo*. Cada um deles admite uma descrição adequada, que demonstra como se produz e se interpreta o sentido do texto, através de um processo que parte do nível mais geral, simples e abstrato, o nível fundamental, até o mais complexo e concreto, o nível discursivo.

No *nível fundamental* do PGS, o mais profundo e abstrato, surge a significação mínima do texto, como uma *oposição semântica mínima*, que se manifesta por uma ou mais *categorias semânticas* envolvidas. A(s) categoria(s) semântica(s) fundamenta-se numa oposição ou diferença, desde que haja nisto um elemento comum envolvido. Como exemplo podemos citar "/bem/*versus*/mal", ou seja, termos opostos que possuem relações de contrariedade e que se qualificam por uma relação de se pressuporem de forma recíproca, pois o bem implica o mal. E enfim, se negarmos a qualquer um dos termos que se contrapõem obteremos os dois contraditórios (FIORIN, 2005), isto é: /não bem/ e /não mal/ também são contrários entre si.

Para determinarmos o mínimo de sentido que é produzido em um texto, o qual constitui a base ou essência em que se fundamenta o discurso, Greimas apresenta um modelo lógico em seu quadrado semiótico. Assim, para a base das análises tomaremos como exemplo o quadrado referido, tratando-se da categoria semântica fundamental (bem vs. mal). A afirmação do termo *mal* implica negação do seu contrário, *bem*. Dessa forma, para que o *bem* seja afirmado em relação ao *mal*, temos a etapa de *não mal* e, para o *mal* ser afirmado em relação ao *bem*, a etapa de *não bem*. Essas etapas podem ser compreendidas a seguir, conforme retratadas no *quadrado semiótico*.

Mal => não mal =>bem / Bem => não bem => mal

Ou, no quadrado semiótico da seguinte forma:



Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

Os elementos das categorias fundamentais da base do texto recebem a qualificação semântica *eufórica* e *disfórica*. Ou seja, as categorias semânticas fundamentais opostas recebem atributos relativos a valores axiológicos, cujos traços serão positivos ou negativos e, dessa forma, constitui-se a *euforia vs. disforia*. A *euforia* pode ser concebida como a relação de conformidade, cujo valor é positivo. Quanto à *disforia*, esta constitui a relação de não conformidade, sendo seu valor negativo. A valoração eufórica e/ou disfórica está inscrita no texto e, então, não constitui valores estabelecidos pelo sistema axiológico do enunciatário, mas do enunciador do texto.

Quanto ao segundo patamar do PGS, o *nível narrativo*, este simula um espetáculo que expressa "*o fazer do homem no mundo*", como agente transformador. Em termos genéricos e de narrativa mínima, teremos um *estado inicial*, uma transformação e um *estado final*. Contudo, esta narrativa é constituída a partir do ponto de vista de um sujeito (enunciador) e envolve, resumidamente, três etapas: *manipulação, ação e sanção*. Este processo envolve *enunciados elementares de estado* e *de fazer*; que se referem, respectivamente, a uma relação de *junção* (ou conjunção) e *disjunção* entre um sujeito e um objeto, referindo-se, também, a enunciados que manifestam as transformações de estados.

O nível *narrativo* prevê que os indivíduos, em suas ações, respondem às influências sociais, a uma ordem que se relaciona a sistemas de valores, dentro dos quais construirão seus próprios valores (eufóricos/disfóricos) em torno de objetos que transformam o mundo em que estão inseridos. Sendo assim, a relação de valores (repulsiva ou atrativa) com relação ao objeto surge sobre o sujeito.

Ainda no nível *narrativo* são estabelecidos os sujeitos e os diferentes papéis que desempenham na sucessão de estados e na construção das sequências narrativas dos enunciados elementares. O *sujeito de fazer* é aquele procura operar a transformação da relação de junção (conjunção ou disjunção) do sujeito de estado com relação a um objeto qualquer. O *sujeito de estado* é aquele possui uma relação de junção com este objeto e que será alvo da manipulação pelo sujeito de fazer. Os sujeitos de estado e de fazer passam, na narrativa, a ocupar a função de *actantes funcionais*, ou seja, que estabelecem a relação transitiva (de mudança de um estado a outro) com os objetos, tanto de *junção* quanto de *transformação*.

Conforme Barros (2005), a *manipulação* acontece quando a ação de um sujeito age sobre outro levando-o a *querer* ou a *fazer* alguma coisa. Esta (a manipulação) pode aparecer no texto de diferentes formas, porém, se divide em quatro formas distintas: *tentação, intimidação, sedução, provocação.*

O nível *discursivo* corresponde à camada mais próxima da *manifestação textual*. Neste momento, identifica-se a passagem das estruturas narrativas para o nível da superfície do discurso, ou seja, as estruturas discursivas passam a revestir, em termos semânticos, as estruturas

narrativas. Portanto, é nesse nível que as formas narrativas abstratas passam a ser revestidas de termos que lhes oferecem concretude e os esquemas narrativos abstratos são revestidos por *temas* e *figuras*. Essas duas formas de concretização de sentido do texto são conhecidas como *tematização* e *figurativização*.

Manifestam-se, assim, as *projeções da enunciação*, que são as *marcas de tempo*, *pessoas* e *espaço* no enunciado, assim como as *relações entre o enunciador e o enunciatário*, em outras palavras, entre *destinador manipulador* (enunciador) e *manipulado* (enunciatário), que estabelecem entre si uma interação. O primeiro tenta convencer o segundo daquilo que diz e o segundo julga, interpretativamente, o discurso do enunciador na fase da *sanção*, conforme um contrato de veracidade que é estabelecido na manipulação, entre o fazer e o crer, que poderá induzir o enunciatário a crer ou não, no que foi dito. A *sanção* estabelecida no nível narrativo será concretizada pelo enunciatário no nível discursivo, sendo ela *positiva* se este vier a assumir tomar como verdadeiros os valores do enunciador, ou *negativa*, caso recuse e negue aos mesmos.

Considerada uma teoria da significação, a semiótica toma o texto como seu objeto de estudo, sendo este "*um todo organizado de sentido*" e, em específico, um "*objeto de significação e de comunicação*". O estudo do texto corresponde "*ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um todo de sentido*", o qual na visão de Lopes (1978), possui inter-relação com o conceito de discurso, pois o discurso tem um sentido, que está fora dele, situando-se em um contexto que o transcende e ao qual chamamos texto.

2. APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES "VEJA ONLINE" E "O CAMARÃO"

2.1. A REVISTA "*VEJA ONLINE*"

O termo *revista* é caracterizado como uma publicação periódica de cunho informativo, jornalístico ou de entretenimento, geralmente voltada para o público em geral. A revista "*Veja Online*", da qual nos apropriamos de uma reportagem, para a referida análise, é caracterizada como jornalismo de revista. Esse tipo de revista torna-se distinto dos outros meios de comunicação por trazer informações, as quais já foram noticiadas pelo jornal diário, ou pela televisão[1].

A revista *Veja* foi fundada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, em 11 de setembro de 1968, sendo caracterizada como uma publicação brasileira da *Editora Abril S. A*, que aborda temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, guerras, cultura e aspectos diplomáticos, entre outros. Apresenta seções fixas sobre cinema, música, literatura e a "famosa

[1] Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Profissao_Revista.pdf

entrevista das páginas amarelas", no início de cada edição. Atualmente, a revista *Veja* é considerada a quarta maior em circulação, com relação ao mercado editorial de revistas semanais de informação, no mundo[22], contando, atualmente, também com a edição digital, a "*Veja Online*". A revista veicula, através de sua linha editorial, reportagens, cujo cunho revela uma posição contrária à política de legalização das drogas, inclusive da maconha[3].

2.2. O JORNAL "*O CAMARÃO*" DO COLETIVO *"PRINCÍPIO ATIVO"*

Os jornais são um meio de comunicação utilizado pela civilização humana há mais de 2000 anos, com a finalidade de divulgar informações. Os jornais publicam notícias e opiniões que abrangem os mais diversos interesses sociais, com uma linguagem própria, entretanto, há também jornais com conteúdo especializado em economia, negócios ou desporto, entre outros. A periodicidade mais comum dos jornais é a diária, mas existem também aqueles com periodicidade semanal, quinzenal e mensal. A partir de 1980, com o surgimento e popularização dos computadores e da Internet, o jornalismo clássico se reinventa e surge o "Web jornalismo", um tipo de jornalismo praticado na Internet, cujas principais características são a agilidade da linguagem, a velocidade de atualização e também o baixo custo de produção. [4]

O jornal "*O Camarão"*, objeto de análise dessa pesquisa, possui versão impressa e digital, a qual é produzida e distribuída pelo *"Coletivo Antiproibicionista Princípio Ativo"* (doravante Princípio Ativo), em eventos que abordam a questão das drogas, principalmente durante a *Marcha da Maconha*. O referido jornal se encontra disponível na versão online no site do referido coletivo. Conforme informações disponíveis no site do Princípio Ativo, este atua desde o ano de 2005 fundamentando suas ações em práticas de redução de danos e de direitos humanos, assim para a construção modelos de regulação tanto da produção, quanto do uso das drogas (principalmente da maconha).

O Princípio Ativo, em seu domínio na internet, afirma ser organizador da marcha da maconha de Porto Alegre – RS, capital do Rio Grande do Sul, e o responsável pela autoria e veiculação do jornal "*O Camarão".* O jornal é composto por estudantes, pesquisadores e ativistas, que visam propor alternativas para o sistema vigente com relação às drogas, visto que consideram o atual sistema dotado de caráter proibicionista. De acordo com o coletivo, a ilegalidade e a criminalização das práticas, sobretudo de consumo, reproduz ambientes de conflito, violência, exclusão social, mortes e, sobretudo, desinformação. Logo, é possível

[2] Disponível em: http://veja.abril.com.br/

[3] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Veja#2012-atualmente

[4] Disponível em: http://www.guiadacarreira.com.br/historia/jornais-jornalismo/

identificar o posicionamento a favor da legalização da maconha. [5]

3. ANÁLISE DOS TEXTOS E EDITORIAIS.

3.1. TEXTO 01: *"FHC, MACONHA E O 'FRACASSO' DA REPRESSÃO INEXISTENTE"*

O referido texto, veiculado na revista "*Veja Online*" [6], possui como enunciador, o colunista Felipe Moura Brasil, que ao retomar editoriais e textos veiculados anteriormente por outros meios jornalísticos, almeja corroborar sua opinião quanto à legalização da maconha. Numa tentativa de convencer E validar seus valores, Felipe apresenta opiniões de diferentes sujeitos sobre a problemática, entre eles especialistas do campo da psiquiatria, cujos argumentos coincidam com os seus.

Para sustentar sua posição e levar o enunciatário a assumir estes valores, Felipe recorre aos exemplos oriundos dos "*tuítes*" (do aplicativo *Twitter*), tanto os que foram efetuados por ele, cujo teor revela seu posicionamento contrário à legalização, quanto publicados por sujeitos favoráveis à legalização da maconha, aos quais Felipe procura levar o enunciador a rejeitar valores e ideias. Neste texto, a oposição ocorre entre as *categorias semânticas fundamentais* "*bem* (repressão) *vs. mal*" (legalização da maconha). A oposição fundamental aparece no texto de diferentes formas, como no enunciado a seguir.

F1: [...] *"Então você não tem nenhuma política e você acha que nada deu certo; então vamos abandonar isso e vamos liberar? Você acha que simplesmente liberar o pequeno traficante vai acabar a droga? Se a gente puder plantar maconha no quintal, o Brasil vai virar um grande maconhal. Não tenha dúvida disso. A gente brinca, mas qual é o impacto que isto vai ter na população adolescente? Já está acontecendo isso".*

A categoria semântica *bem* se manifesta quando enunciador salienta que a *não legalização/repressão da maconha* leva à "*diminuição do consumo*", "*impede que o país se transforme num grande maconhal*", "*diminui o impacto, sobretudo na vida dos adolescentes*". Com relação à categoria semântica *mal* (*legalização da maconha*), esta se manifesta nos fragmentos em que o enunciador argumenta que legalizar "*não acaba com a droga*", que "*o Brasil vai virar um grande maconhal*", "*causará impacto na população adolescente*".

[5] Disponível em: http://www.principioativo.org/

[6] Disponível em : http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/fhc-maconha-e-o-fracasso-da-repressao-inexistente/

Durante o desenvolvimento do texto, Felipe assume como categoria *disfórica* (negativa) a *legalização da maconha* e como categoria *eufórica* (positiva) a *repressão,* ou seja, a *não legalização da maconha*. Dessa forma, ele recorre ao discurso de especialistas (entre eles o psiquiatra Ronaldo Laranjeira), que alertam para "*os perigos do uso da maconha*", aos "*problemas respiratórios, incluindo tosse, catarro e diminuição da capacidade de exercícios*", "*o uso continuado está relacionado com a diminuição da resposta imune*", "*redução dos níveis de testosterona*", "*diminuição da motilidade dos espermatozoides*", "*infertilidade*", "*redução da libido*", "*impotência*", "*alterações do ciclo menstrual*", "*ginecomastia*", "*galactorréia*", "*alteração da memória*", "*aumento da incidência de periodontites*", "*desenvolvimento de doenças psiquiátricas como esquizofrenia e depressão*". Portanto, é traçado um percurso que vai da categoria disfórica (legalização da maconha) à categoria eufórica (repressão).

O segundo nível do PGS, o nível *narrativo*, simula a *trajetória* do homem em busca de valores, é o percurso de *mudança de estados* operada por um sujeito transformador, que neste caso é o enunciador Felipe Moura Brasil. Neste nível do PGS, os elementos das oposições semânticas fundamentais (legalização da maconha vs. repressão) são assumidos como valores por um sujeito, circulando entre sujeitos graças à ação desses sujeitos e os estados de recusa/negação da legalização da maconha e de afirmação da repressão passam a ser transformados pela "ação do sujeito" que age no e sobre o mundo a procura dos valores investidos no objeto droga legalizada.

A sucessão de estados e mudanças qualifica os estados elementares de *fazer* e de *estado*, os quais estabelecem articulações entre si construindo sequências narrativas e transformações, que se unem em quatro fases distintas: *Manipulação, competência, performance e sanção.* O *sujeito de fazer* do presente texto, aquele que procura operar a transformação da relação *junção* (conjunção ou disjunção*)* do sujeito de estado com relação a um objeto qualquer, é o *enunciador* Felipe Moura Brasil. Já o *sujeito de estado*, o qual possui uma relação de junção com este objeto e que será alvo da manipulação pelo sujeito de fazer, se materializa como o *enunciatário* do texto.

O *objeto de valor* (OV) se refere à *"droga legalizada"* com o qual o(s) sujeito(s) mantém relação de valores, o qual também será alvo da transformação pela performance. O *objeto modal* (OM) faz referência a um (uns) elemento(s) necessário para realizar a performance, determinado como *"o saber e os valores do enunciador",* que transmitidos ao enunciatário o tornarão competente, a fim de que este reconheça e sancione positivamente os valores e o saber (do enunciador) com relação ao objeto *droga legalizada* no momento da *sanção*.

Após receber os saberes e os valores do enunciador, o enunciatário poderá, então, *querer* e *dever* modificar seu estado atual de *disjunção* ou *conjunção*, com relação ao objeto *droga legalizada* durante a fase da *competência*, pois passa a ser competente para tal. Contudo, é durante a *performance* que o enunciador (sujeito de fazer) vai executar a ação com o objetivo de transformar a relação do enunciatário (sujeito de estado) com o objeto de valor, ou seja,

procurará efetuar a mudança central da narrativa, a qual se realizará ou não na sanção, na qual seu fazer será avaliado (a qual será tratada no nível discursivo). A *perfomance* se manifesta quando o enunciador argumenta que a droga legalizada:

F4: "*não elimina o comércio ilegal nem acabaria com a receita financeira do tráfico*" e que "*isto é papo de ativista de esquerda que ignora os sete mitos e mentiras sobre a legalização das drogas*", que "*a legalização não manteria os grupos criminosos longe dessas atividades*", "*aumentaria o número de mortes", "levaria ao consumo de drogas pelas crianças*", "*facilitaria mais o acesso à droga pelo adolescente*", "*o Brasil vai virar um grande maconhal*".

Na fase da *manipulação*, que pode ser dividida em quatro formas distintas, sendo elas, *tentação*, *intimidação*, *sedução* e *provocação*, o enunciador, Felipe Moura Brasil (o sujeito de fazer), procura manipular o enunciatário (o sujeito de estado) para que este passe a *querer fazer* e *dever fazer* alguma coisa através da manipulação por *intimidação*, quando argumenta que:

F2: [...] "*do ponto de vista de saúde pública, eu defendo para as drogas ilícitas o mesmo para as drogas álcool e cigarro. Para mim, o importante é diminuir o consumo. Se você me convencer que as pessoas plantarem maconha em casa vai diminuir o consumo de adolescentes, por exemplo, eu vou ser favorável. Mas não tenho uma vírgula de evidência disso aí.".*

F3: *"De resto, a legalização NÃO elimina o comércio ilegal, como se pode ver em matéria do Washington Times sobre o mercado negro do Colorado, onde a maconha foi legalizada. Se o comércio legal de medicamentos, roupas, CDs, cigarros, programas de computadores, não acabou com a receita financeira dos contrabandistas (vide o caso Eric Garner), por que a legalização das drogas – que dirá da maconha, parcela menor dos faturamentos – acabaria com a receita financeira do tráfico? Isto é papo de ativista de esquerda que ignora os Sete mitos e mentiras sobre a legalização das drogas.*

O terceiro nível do PGS, o *nível discursivo*, é caracterizado como o momento em que o enunciador converte as estruturas narrativas em discursivas, escolhendo *espaço*, *figuras*, *pessoas* e *tempo*, determinando um "eu" que opera no espaço do aqui e no tempo do agora, deixando no discurso as *projeções*, as *marcas da enunciação* (categorias da enunciação). Neste momento, o enunciador se utiliza da *debreagem enunciva* e *enunciativa*, por intermédio do *efeito de objetividade* e do *efeito de subjetividade*. O *efeito de objetividade* se manifesta por debreagem enunciva, instaurando o *espaço (lá)* e *tempo (agora ou em outro momento)* para criar *afastamento da enunciação*, criando a ilusão de verdade, através do uso da terceira pessoa (ele) e do discurso indireto. Felipe utiliza, também, visando tornar o texto objetivo e produzir a percepção da verdade pelo enunciatário, o saber e as informações de especialistas (sujeitos do saber) da área médica, jurídica e científica.

F5: *"O Dr. Ronaldo Laranjeira deu uma ótima resposta sobre isso na arapuca de militantes armada contra ele no programa Roda Viva de 20 de maio de 2013.".*

F7: *"Como disse o criminalista holandês Dirk Korf, da Universidade Amsterdã, sobre a experiência holandesa de legalização da maconha: "Hoje, a população está descontente com essas medidas liberais, pois elas criaram uma expectativa ingênua de que a legalização manteria os grupos criminosos longe dessas atividades.".*

Quanto *efeito de subjetividade*, este ocorre através da debreagem enunciativa, instaurando no enunciado as pessoas de enunciação (*eu-tu*), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*), delegando a este um efeito de subjetividade, de aproximação característica de um retorno à enunciação. Felipe Moura Brasil, o enunciador, visa aproximar o enunciatário do que está sendo dito pelo ele.

F8: *"Retomo. Como dizia eu mesmo".*

F9: "*Soltei este tuíte logo após a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no programa Manhattan Connection deste domingo (28). FHC integra uma tal Comissão Global de Políticas sobre Drogas, na qual ex-presidentes como ele, além do ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, se reúnem para pregar o suposto fracasso da suposta "guerra às drogas" que a esquerda sabota por toda parte e então dizer que ela não funciona, para delírio da imprensa descolada e do dono do mundo George Soros – o maior financiador da campanha de legalização.".*

Além do efeito de objetividade e de subjetividade, foi possível identificar a utilização da *debreagem interna*, na qual o enunciador delega a voz, internamente, a outro interlocutor, produzindo o *efeito de realidade* ou de *referente* ao discurso, constituindo ilusões discursivas que causam a impressão de que os fatos e os seres são reais e de que o discurso é verdadeiro. Este efeito visa levar o enunciatário a pensar que os fatos contados são "coisas ocorridas", que seus seres são de "carne e osso", de que o discurso, enfim, copia o real (Barros, 2005).

De tal modo, o enunciador delega voz à interlocutora Luciana Genro do PSOL, a qual afirma em um "tuite" *que "a guerra às drogas fracassou na tentativa de acabar com o narcotráfico e diminuir o consumo de drogas",* assim como delega voz ao jornal *"O Globo",* o qual denuncia que o *"Brasil falha na fiscalização de 17 mil quilômetros de fronteira",* que o *"governo aumentou a fiscalização para impedir a entrada de armas e drogas, mas admite que ser insuficiente".* O objetivo do enunciador, nesse caso, é conduzir o enunciatário a tomar posicionamento favorável aos seus e aos do jornal "*O Globo*" e, consequentemente, contrário à interlocutora Luciana Genro. Afinal, Luciana argumenta o fracasso da repressão às drogas, a qual *não existe*, conforme a opinião do enunciador.

É no nível *discursivo* que será determinada a *sanção*, ou seja, a fase em que o sujeito do fazer (Felipe Moura Brasil) recebe sua recompensa ou seu castigo e que se constata a realização da *performance* e a ocorrência, ou não, da mudança transitiva do estado inicial do sujeito de estado (enunciatário) através da ação do enunciador Felipe. Esta sanção será positiva (eufórica) se os valores do enunciador forem reconhecidos, afirmados pelo enunciatário e se os valores

referentes à droga legalizada forem tomados como verdadeiros. Entretanto, a sanção será negativa (disfórica) caso forem estes valores sejam rejeitados, recusados pelo enunciador.

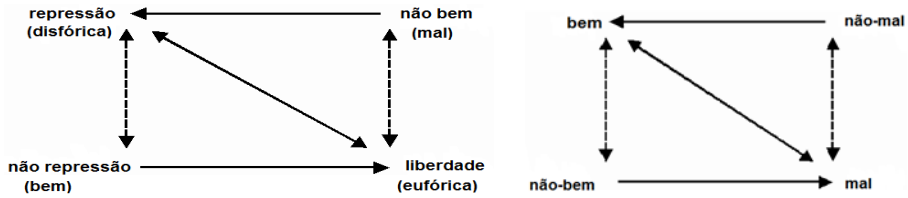
As oposições entre as categorias semânticas estabelecidas no nível fundamental, após terem sido assumidas como valores no nível narrativo, se desenvolvem, nesse momento, na forma de *temas* e *figuras* possibilitando algumas leituras temáticas. Encontra-se subjacente no texto o *"tema da influência que exerce a mídia na questão do combate às drogas"*; o *"tema da supremacia dos discursos médico e científico com relação à legalização da maconha"*; o *"tema político de defesa da legalização das drogas, principalmente da maconha por parte de partidos com relação à maconha e outras drogas"*; o *"tema político de associação entre governos para manutenção de políticas de repressão e/ou de liberação"*; *"tema de estigma social dos defensores da legalização"*.

3.2. TEXTO 02: *"MACONHA, PORTA DE ENTRADA PARA REPENSAR AS DROGAS"*

O texto *"Maconha, porta de entrada para repensar as drogas"*, foi veiculado na parte destinada ao editorial do jornal *"O Camarão"*, desenvolvido pelo *"Coletivo Antiproibicionista Princípio Ativo"*, de Porto Alegre - RS. Neste texto temos como enunciador o *Coletivo Antiproibicionista Princípio Ativo.*

No nível *fundamental*, a significação semântica mínima é encontrada na oposição entre as categorias *bem vs. mal*. Esta oposição se revela de diferentes formas, sendo a categoria *bem* manifestada como a liberdade, sobretudo nos fragmentos *"uso consciente"*, *"bem estar"*, *"criatividade"*, *"sociabilidade"*, *"direitos humanos"*, *"relaxamento"*. Quanto à categoria *mal*, esta é representada como *repressão*, como nos termos *"repressão"*, *"criminalização"*, *"Projeto de Lei 7663/10"*, *"internações compulsórias"*, *"sem consentimento"*, *"hipocrisia"*.

Ainda no nível *fundamental*, ocorre valoração axiológica *eufórica* (positiva) da *liberdade* (*bem*) e a valoração *disfórica* (negativa) da categoria *repressão* (*mal*) pelo enunciador. Posteriormente, após a valoração positiva ou negativa das categorias, é estabelecido um percurso entre esses termos que vai da repressão disfórica à liberdade eufórica.



Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

No nível *narrativo* se estabelecem dois *enunciados elementares*, o *enunciado de fazer* e o *enunciado de estado*. O *enunciado de estado* se refere ao estabelecimento de uma relação de *disjunção* (posse) ou *conjunção* (privação) entre um sujeito e um objeto. Quanto ao *enunciado de fazer*, este revela a transformação do estado inicial de junção com o objeto em estado final de manutenção dessa junção ou de transformação do estado inicial.

É necessário entender que no nível narrativo se estabelecem jogos de força entre os sujeitos do texto, em que estes passam a adquirir maior grau de abstração, tornando-se, assim, sujeitos que "disputam" objetos-valores com os quais entram em conjunção/disjunção. Portanto, no nível narrativo, o sujeito enunciatário configura um "sujeito" que passa de um estado de "disjunção" (privação do saber com relação à droga legalizada) com um "objeto-valor" para um estado de "conjunção" (posse do saber) com o objeto-valor. Este sujeito que possui uma relação de conjunção/disjunção inicial com o objeto e que será alvo da manipulação pelo sujeito de fazer, portanto, é o enunciatário do texto.

Consequentemente, o *sujeito de fazer* do referido texto, que tenta operar a transformação da relação inicial de conjunção/disjunção do sujeito de estado, com relação ao objeto, é seu *enunciador*, o princípio ativo. Este procura transformar o estado inicial da relação de valores do enunciatário com relação ao objeto "*droga legalizada*", visando o reconhecimento dos seus valores como verdadeiro e a modificação do estado inicial da relação de conjunção/disjunção do enunciatário com referido objeto. Estes sujeitos (estado e de fazer) passam, na narrativa, a ocupar a função de actantes funcionais, que estabelecem a relação de mudança de um estado a outro, com os objetos com os quais se relacionam. Os enunciados elementares estabelecem articulações entre si passando a construir *sequências narrativas*, de transformações e sucessões de estados, se unem em quatro fases distintas: *manipulação*, *competência*, *performance* e *sanção*. Conforme Barros (2005), a *manipulação* acontece quando a ação de um sujeito age sobre outro levando-o a querer ou fazer alguma coisa.

Percebe-se, então, que no texto "*Maconha, porta de entrada para repensar as drogas*", o *objeto de valor* se refere ao objeto *"droga legalizada*", o qual será alvo da transformação pela *performance*. Já o *objeto modal* faz referência a um (uns) elemento(s) necessário para realizar a *performance*, determinado, no caso do referido texto, como *"o saber e os valores do enunciador"*. Esses elementos serão transmitidos ao enunciatário (tornando-o competente), a fim de que este os reconheça e sancione no momento da *sanção*, que ocorrerá no nível *discursivo*. A análise permitiu evidenciar que o enunciador tenta manipular o enunciatário, por *provocação*, argumentando que:

F1: *"como é que pode um bando de gente drogada e desocupada, que não tem mais o que fazer, sai por ai dando opinião sobre temas relevante?"*.

F2: "*Já não basta termos que topar por estas pessoas nos restaurantes, matando sua larica e rindo impunemente por qualquer bobagem dita por aí?"*.

O enunciador informa ao enunciatário que a *"criminalização"* e o *"uso de mecanismos repressivos"* (entre eles o *Projeto de Lei 7663/10*) "*não diminuirão o uso de nenhuma substância*", assim como pronuncia que um dos mecanismos repressivos, a internação compulsória *"atropela conquistas do SUS em relação à reforma psiquiátrica, direitos humanos, acolhimento e compreensão de que cada ser humano é único"*.

Dessa forma, na *competência*, o *enunciador* visa tornar o *enunciatário* competente para efetuar a transformação de estados, manipulá-lo, levando-o a querer e dever fazer (*dever-fazer e querer–fazer*) a modificação da relação axiológica (relação de valores) que este mantém com o objeto "*droga legalizada"*, com o objetivo de que este venha a reconhecer os valores e saberes propostos por ele. Dessa forma, o enunciador argumenta a importância de *"pensar em formas menos problemáticas de nos relacionarmos com as diversas drogas que consumimos*", referindo-se também ao "*cafezinho, do chimarrão, da internet, da cervejinha, do chocolate, da maconha ou de outras tantas seduções que fazem parte de nossa vida"*. Portanto, em contato com os valores e o saber do *enunciador*, o *enunciatário* é, então, capacitado para a ação de transformação de seu estado inicial de *disjunção* em *conjunção* com o OV, droga legalizada.

Entretanto, é apenas na *performance* que o enunciador (sujeito de fazer) vai seduzir o enunciatário, para que este venha a executar a ação de transformação da relação que possui com o objeto maconha legalizada, levando-o, então, de um estado a outro, procurando efetuar a mudança central da narrativa que, posteriormente, se realizará ou não na *sanção*, quando seu fazer é avaliado.

A *performance* se manifesta no momento em que o enunciador reforça que a repressão ao uso da maconha "*não diminuirá o consumo*", que "*a internação compulsória atropela conquistas do SUS em relação à reforma psiquiátrica, direitos humanos, acolhimento e compreensão de que cada ser humano é único*". O enunciador argumenta sobre os benefícios da cannabis, visto que esta "*possui potencial terapêutico explorado por muitos países"*, "*promove a criatividade, a inspiração e a sociabilidade"*. Através destes argumentos contrários à repressão e favoráveis à liberdade de uso, ao respeito aos direitos de escolha e à individualidade, o enunciador busca levar, por sua ação, o enunciatário a um estado de conjunção com o seu saber e seus valores. Dessa forma, o enunciatário é, então, passa a saber e poder fazer (*saber-fazer e poder-fazer*) a transformação de seu estado.

O terceiro nível do percurso gerativo de sentido (PGS) é o nível *discursivo*, que segundo Barros (2005) é o nível mais superficial do percurso e o mais próximo da *manifestação textual*. De acordo com Fiorin (2005), no nível discursivo as estruturas abstratas da narrativa são revestidas de termos que lhes dão concretude, ou seja, são transformadas em estruturas

discursivas, através do enunciador, que escolhe espaço, figuras, pessoas e tempo, determinando um "eu" que opera no espaço do *aqui* e no tempo do *agora*, deixando no discurso as projeções, as marcas da enunciação (categorias da enunciação).

Conforme Barros (2005), nesse nível apresentam-se dois aspectos relevantes, as *projeções da enunciação*, que são as marcas de tempo, pessoas, espaço no enunciado e as relações entre o enunciador e o enunciatário, ou seja, entre *destinador manipulador* e *manipulado*, que estabelecem entre si uma interação. O primeiro tenta convencer o segundo daquilo que diz e o segundo julga interpretativamente, na sanção, o discurso do enunciador, conforme um contrato de veracidade que é estabelecido na manipulação, entre o fazer e o crer, que poderá induzir o enunciatário a crer ou não, no que foi dito.

As marcas da enunciação, as projeções de categorias no enunciado ocorrem, no texto alvo desta análise, por *debreagem enunciva* e *debreagem enunciativa*. Estas delegam ao enunciado *efeitos de sentido*, que poderão ser verificados nos fragmentos selecionados adiante. A debreagem enunciativa, que instaura no enunciado as pessoas de enunciação (eu-tu), o espaço (aqui) e o tempo (agora), originando o *efeito de subjetividade* pode ser encontrada nos fragmentos a seguir:

F3: [...] *"Questionar se queremos tratar pessoas que apresentam uso compulsivo ao apoiar leis que transformam a internação sem consentimento no primeiro recurso, ou se queremos apenas tirá-las de nossa vista."*.

F4: [...] "*Pensar em formas menos problemáticas de nos relacionarmos com as diversas drogas que consumimos diariamente e que podem gerar comportamento compulsivo, ou não. Falamos aqui do cafezinho, do chimarrão, da internet, da cervejinha, do chocolate, da maconha ou de outras tantas seduções que fazem parte de nossa vida.*".

Verifica-se que ao projetar no enunciado as categorias de pessoa "*eu*" e "*nós*", nos termos "*queremos*", "*nos relacionarmos*", "*fazem parte da nossa vida*", "*quanto a nós", "consumimos diariamente"*, "*crime de pensarmos*" o procura, através do discurso em primeira pessoa, aproximar o enunciatário da enunciação. Esta aproximação visa demonstrar a subjetividade e a parcialidade contida na visão dos fatos, a fim de garantir a impressão de que são fatos vividos por aquele que os está enunciando, criando a ilusão de que o enunciatário compartilha dessa verdade, de que ela é real e, ainda, de que o enunciatário participa da realidade referente à droga legalizada. Dessa forma, o enunciatário torna-se competente, pela ação do enunciatário, para *querer* e *dever fazer* a transformação de estado.

A debreagem enunciva que instaura o *efeito de objetividade* no enunciado, através da projeção da categoria de pessoa (ele), o espaço (lá ou em outro lugar) e o tempo (então), criando afastamento da enunciação e a ilusão de verdade objetiva, através da utilização o recurso em

terceira pessoa e o discurso indireto pode ser verificada nos fragmentos a seguir, onde é mencionado *Projeto de Lei 7663/10* e o potencial da cannabis já pesquisado em vários países:

F5: [...] *"Vocês assistiram as falas de deputados (as) que votaram o projeto de lei sobre drogas? Nele, o álcool, que é a droga que mais mata diretamente no país, não pôde receber em suas garrafinhas horríveis sequer aquelas fotos terríveis."*.

F6: [...] *"Abrir os olhos para o potencial terapêutico da cannabis (já explorado em países como os EUA, Reino Unido, Holanda, Espanha, Suiça, Israel, entre outros) indicado para conter náuseas causadas para anticancerígenos, enfraquecimento extremo devido à ação aidética e cancerígena, dores crônicas provocadas por esclerose múltipla, glaucoma, entre outras patologias."*.

Ao projetar no enunciado a categoria espaço (*lá - os países que "abriram os olhos" para o potencial terapêutico da cannabis*) e a categoria tempo (*então*), o *enunciador* instaura no discurso, através da articulação das informações mencionadas com os argumentos do discurso científico *("indicado para conter náuseas causadas para anticancerígenos*", "*enfraquecimento extremo devido à ação aidética e cancerígena*", "*dores crônicas provocadas por esclerose múltipla*", "*glaucoma"*, "*entre outras patologias"*), um efeito de distanciamento, mantendo a enunciação afastada do discurso. Portanto, cria a visão de que os fatos acontecem e que não é ele quem está afirmando. Portanto, aparenta imparcialidade e simula a objetividade citando fontes, as quais auxiliam no efeito pretendido, ou seja, a verdade objetiva.

Através desses efeitos de sentido (efeito de objetividade e efeito de subjetividade) projetados pelo enunciador, é definido um *fazer persuasivo* que visa convencer o enunciatário. Então, ao enunciatário confere um *fazer interpretativo* e uma ação subsequente, que poderá modificar ou manter sua relação com o objeto de valor, a droga legalizada. Porém, este contrato estabelecido entre ambos na manipulação apenas poderá ser realizado no discurso e pelo discurso, ou seja, no nível discursivo do PGS. Neste será determinada a *sanção*, a fase em que o sujeito do fazer (o enunciador) recebe sua recompensa ou seu castigo e que se constata a realização da performance, assim como a ocorrência ou não de mudança na relação com o objeto do sujeito de estado (enunciatário), mediante a ação do enunciador.

Esse julgamento (sanção) será positivo (sanção eufórica) se os valores e o saber do enunciador forem reconhecidos e afirmados pelo enunciatário, ou negativo (sanção disfórica) caso forem rejeitados. Em outras palavras, a sanção positiva ocorrerá se o enunciatário reconhecer os valores do enunciador referentes à droga legalizada, passando a afirmá-los como verdadeiros, concretizando, então, a persuasão do enunciador. No entanto, a sanção será negativa se os seus valores com relação à droga legalizada forem recusados, negados pelo enunciatário, que não os reconhece como verdadeiros, sendo, então, não concretizada a manipulação.

Por intermédio da análise do PGS, verificou-se que, desde o nível *fundamental* até o nível *discursivo*, o enunciador tenta manipular, convencer o enunciatário dos benefícios advindos da droga legalizada, buscando convencer o enunciatário dos seus valores. O enunciador procura convencer o enunciatário argumentando sobre o caráter negativo da repressão ao uso, da não legalização, assim como do enfraquecimento da repressão e da incapacidade desta em alcançar seus objetivos; ressaltando, também, os valores positivos da maconha, a importância da liberdade de escolha dos seres humanos e dos direitos à integridade e à expressão quanto a temas relevantes, sobretudo, nesse viés, aquele que versa sobre a questão da repressão ao uso tanto da cannabis e de outros psicoativos.

As oposições estabelecidas no nível fundamental passam a se desenvolver, no nível discursivo, sob a forma de *temas e figuras*, que possibilitam diferentes leituras temáticas, as quais puderam ser aferidas, então, através da análise semiótica. No texto em questão foi possível verificar como leituras temáticas o *"tema econômico e capitalista da influência de indústrias nas decisões políticas", "tema jurídico relacionado aos direitos humanos", "tema do preconceito social sofrido pelos usuários e defensores da não repressão ao uso de maconha e outros psicoativos".*

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Marilena Chauí (1995), autora do livro "*O que é ideologia*", nos revela que a ideologia é um reflexo invertido, mutilado, deformado do que é real, visto que dá significado a um conjunto de ideias, representações e valores de determinada classe da sociedade. Definem-se nessa dimensão do conceito de ideologia todas as reduzidas maneiras encontradas para explicar a realidade, incluindo-se nesta, a realidade dos discursos, inclusive, daqueles que se ocupam de produzir e veicular textos sobre a legalização da maconha.

Como existem várias classes e ideologias em permanente confronto na sociedade, configura-se uma verdadeira luta entre discursos ideológicos que, em "última instância", leva à dedução de que a linguagem sofre determinações da ideologia. Essa determinação em "última instância" é o que Pêcheux (1990) denomina "Formação Ideológica" (doravante FI) ou "condições de produção do discurso". Uma sociedade possui várias FI, sendo que a cada uma delas corresponde uma "Formação Discursiva" (doravante FD), ou seja, que configura o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade.

Em outras palavras, é um conjunto de pensamentos emanados de instituições ou de grupos e das relações de poder entre os indivíduos, cuja finalidade é legitimar (tornar verdadeiro) as ideologias daqueles a quem promove. Portanto, é possível refletir que tanto a revista "*Veja Online*", quanto o jornal "*O Camarão*", enquanto entidades midiáticas veiculam os discursos de

sujeitos (Felipe Moura Brasil e Coletivo Princípio Ativo) que buscam promover junto aos enunciatários as referidas ideologias. Existe então, uma procura por "assenhorar-se" do poder através da prática discursiva, assegurar as "verdades" de seus discursos e legitimar aquilo que dizem. Ou seja, "*o discurso sempre se produzirá em razão das relações de poder*" (FISCHER, 2001, p. 199). É aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos tornarmos senhores mediante práticas discursivas. Justificando-se, dessa forma, a evidente controvérsia (luta) entre ambos os discursos e as referidas ideologias.

Conforme Foucault (1979), o discurso que ordena a sociedade é sempre o discurso daquele(s) que detêm o saber, é o produto do poder e do saber de uma determinada época. Para ele é necessário, então, averiguar na história as informações que refletem como o discurso em questão se encontra legitimado (as relações de poder que o legitimam); considerando, contudo, que o discurso é produto de pensamentos, condições e, sobretudo, de interesses de um grupo ou de um sujeito (da revista "*Veja Online*" e do jornal "*O Camarão*", neste caso), que visa torná-lo verdadeiro, possuindo relação com a ideologia e com o poder que àqueles que o veiculam desejam assegurar.

Ao ressaltar que *o saber é uma construção histórica*, Foucault (1979) nos revela que este *saber produz verdades que se instalam e passam a surgir nas práticas discursivas*. A compreensão do autor é de que *o conhecimento e a verdade, por sua vez, também são questões históricas, construções e produções sistemáticas, as quais podem se manifestar através de discursos científicos* (ditos aqui como aqueles utilizados pelos enunciadores de ambas as entidades, com o objetivo de sustentar seus argumentos e manipular o enunciatário), os quais após serem tomados como fidedignos e assumidos desse modo, são aceitos como positivos e verdadeiros.

O ato discursivo implica uma busca pela legitimação da verdade que o sujeito produz, sendo assim, é possível identificar que o discurso produzido e veiculado por determinado grupo é, sobretudo, um mecanismo de gerar o poder, garantir a sua legitimidade e verdade e/ou, ainda, seu espaço. Conforme Pêcheux (1990, p.18), o discurso é:

> "[...] *um dos aspectos da materialidade ideológica (materialização da ideologia), por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente*". (PÊCHEUX, 1990).

De acordo com Fiorin (1990), *o discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico*. Portanto, não se deve descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso e, muito menos, sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. O discurso é *um objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos* (FIORIN, 1990, p. 177). Desse modo, é preciso realizar uma análise que considere o interno (discursivização) e o externo (relação enunciado/enunciação), tarefa que a nosso ver, através da semiótica greimasiana, foi possível desenvolver. A semiótica greimasiana possibilita uma análise "interna", a qual abre perspectivas para a análise externa, cujo objetivo analisar a construção e a organização dos discursos e dos textos através de um conjunto de regras, que possibilite entender como se constrói o sentido dos textos por intermédio do PGS.

Nas palavras de Marilena Chauí (1995), *"A palavra, o discurso e o poder se contemplam de modo narcisista; cabe-nos tentar jogar uma pedra na lâmina de água."*. Ou seja, não devemos apenas identificar, mas desacomodar, compreender e procurar evidenciar os mecanismos, a rede de estratégias na qual estão envoltos os discursos. É um pouco do que tentamos efetuar, no decorrer deste artigo, através da análise semiótica. Na análise da reportagem e do editorial em questão pudemos constatar que, em seus discursos, existem as projeções da enunciação no enunciado; ou seja, aqueles recursos de persuasão utilizados para criar a "verdade" do texto, que incluem em si a relação entre enunciador e enunciatário e os temas e figuras utilizados.

É no discurso que se percebe com mais clareza os valores sobre os quais se sustenta o texto, as condições de produção do mesmo e de seu sentido. Importa, então, verificar quais os procedimentos utilizados e quais os efeitos de sentido que foram criados por eles. As *marcas da enunciação* condicionadas pelo enunciador de ambos os textos parece estar dotada de intencionalidade subjacente, revelando a busca pela adesão do enunciatário ao que é dito e aos valores comunicados pelo discurso. A análise do nível discursivo evidenciou os *procedimentos de persuasão* utilizados pelo destinador manipulador (enunciador) para levar o destinatário (enunciatário) a crer nos valores disseminados no/pelo discurso.

A relação de persuasão entre os sujeitos que representam as instâncias da produção (enunciador) e interpretação do discurso (enunciatário) instauram os mecanismos argumentativos, como a ancoragem actancial (especialistas, médicos, políticos, programas de televisão), espacial (pesquisas realizadas em outros países e que demonstram o potencial da cannabis, ainda não investigado adequadamente no Brasil) e a utilização de determinadas variantes linguísticas, como é o caso do discurso veiculado pelo enunciador Princípio Ativo, o qual através de uma linguagem "informal" parece estabelecer uma "conversa" com o enunciatário, visando aproximar-se; uma das características do efeito de subjetividade. Além disso, outro recurso argumentativo utilizado é o emprego de narrativas como exemplos, visam

asseverar as conclusões às quais o enunciador almeja direcionar o enunciatário, fazendo com que este aceite os valores ideológicos veiculados.

No editorial do jornal "*O Camarão*", o enunciador princípio ativo, também procurou construir o efeito de objetividade e, para isso, manteve, em determinado momento, a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua "imparcialidade". Os recursos utilizados são o uso da *debreagem enunciva*, através do *discurso em terceira pessoa*, no tempo do "*então*" e no espaço do "*lá*", e no uso do *discurso direto* para garantir a verdade.

No primeiro texto, "*FHC, Maconha e o fracasso da repressão inexistente*", a fala da deputada Luciana Genro, retomada pelo enunciador Felipe Moura Brasil, possui caráter não consensual quanto ao ponto de vista defendido por ele e, mediante a delegação de voz a ela, o enunciador Felipe a inscreve no enunciado a fim de desacreditá-la aos olhos dos enunciatários. Em um segundo momento, Felipe retoma a fala do Psiquiatra *Ronaldo Laranjeira*, visando atingir objetividade e validade ao que argumenta, para que os enunciatários acreditem no que ele diz e passem a crer na verdade, na cientificidade e no saber real dos fatos narrados por ele.

Contudo, verificou-se, ainda, no texto do enunciador Felipe Moura Brasil, a utilização de um procedimento oposto, criando um efeito de proximidade do enunciatário com a enunciação. Este procedimento ocorreu por debreagem enunciativa e qualifica o efeito de subjetividade, em que o caráter subjetivo é inscrito no enunciado através do uso do discurso em primeira pessoa (*eu*), o tempo do "*agora*" e o espaço do "*aqui*". Não obstante, os fatos narrados pelo enunciador Felipe ganham status de "coisas reais", "acontecidas", através do efeito de realidade, por desembreagem interna, em que este cede voz aos sujeitos (Luciana Genro, Doutor Ronaldo Laranjeira, jornal "*O Globo*", etc.) através de discurso direto (delegação interna de voz), obtendo, assim, a "prova de verdade", a ilusão de que aquilo que diz é "cópia" da realidade.

Em termos semióticos, resumidamente, podemos identificar que o enunciador Felipe Moura Brasil, assim como o enunciador Princípio Ativo, detêm um fazer persuasivo, de fazer crer. Ao enunciatário compete, então, um fazer interpretativo. Para tal finalidade, os enunciadores de ambos os textos, respectivamente, constroem no discurso toda uma aparência de verdade, espalham as marcas que devem ser encontradas e, também, interpretadas pelo enunciatário. Porém, nessas marcas também estão embutidos o sistema de crenças, de valores. Essas crenças, ideais e valores apreendidos pela criança são àquelas valorizadas por sua família, pelas instituições escolares e religiosas. Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. Os indivíduos aprendem desde cedo os valores, as ideias ditadas pelas instituições dominantes do seu meio social, que ditam suas práticas comportamentais e posições que desempenhará na sociedade.

O(s) sentido(s) que o enunciador deseja destinar ao discurso é obtido através da *tematização* e da *figurativização*. Na *tematização* os valores do texto são organizados por meio

da recorrência de traços semânticos que se repetem no discurso e o tornam coerente. Dessa forma, o enunciador da reportagem veiculada na revista "*Veja Online*", recorre a sujeitos, especialistas, entidades de classe, entre outros, cujos valores sustentam àqueles os quais deseja que o enunciatário assuma como verdadeiros, configurando sua manipulação. Através da recorrência de opiniões e saberes que sustentam seus argumentos, ele concretiza o sentido coeso de seu discurso.

Quanto à *figurativização*, esta concretiza os temas através de figuras que lhes atribuem traços de revestimento sensorial. O editorial veiculado no jornal "*O Camarão*" pelo Princípio Ativo, enfatiza a existência de repressão e manipulação da mídia nas questões relativas à legalização das drogas, sobretudo da maconha. Com o objetivo de ilustrar esse fato, o enunciador usa as figuras de um homem, o qual repreende um usuário de maconha, alegando que ele só usa maconha para "*fugir da realidade*". Percebe-se nesse exemplo, a existência do tema "*repressão ao uso por influência da mídia*", o qual é o concretizado na figura do homem que repreende (que pode representar a mídia na visão do enunciador) e na figura do jovem que questiona a esses argumentos. O *efeito de verdade* parece alcançar fundamento no reconhecimento das figuras por parte do enunciatário.

Enfim, identificamos durante o decorrer deste estudo, que os discursos analisados não são homogêneos ou consensuais, mas sim controversos e marcados pela luta ideológica, por espaço e veracidade junto ao enunciatário, sendo suas estratégias apontadas pela análise semiótica, através do PGS. Portanto, a questão relativa à legalização da maconha não deve ser massificada e/ou generalizada, visto que a existência de discursos, práticas discursivas e personagens que se contrapõem, implica que tenhamos uma posição crítica frente a essa problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Í. C. Q; ABREU, K. C. K. (2014). **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial**. *Revista Científica Plural*, 04, 1-21. Disponível em: http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos2010/iria_baptista_karen_abreu.pdf

BARROS, D. L. (2005). **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática.

BRASIL, F. M. **FHC, maconha e o 'fracasso' da repressão inexistente**. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/fhc-maconha-e-o-fracasso-da-repressao-inexistente/

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. 39ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EDITORA ABRIL. **Revista Veja.com**. Disponível em: http://veja.abril.com.br/

FIORIN, J. L. **Tendências da análise do discurso**. Estudos Lingüísticos, v.19, p.173-9,1990.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a Análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

JORNAL O CAMARÃO**.** Editorial: **Maconha, porta de entrada para repensar as**

Siga-nos em facebook.com/psicologia.pt

drogas. Disponível em: www.princípioativo.org

PAZ, A.R; CASTILHO, A.V.P. (2006**). Jornalismo: Profissão Revista**. **Monografia de graduação em Comunicação Social-Habilitação Jornalismo**. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, Brasil. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Profissao_Revista.pdf

PÊCHEUX, M. **Apresentação da AAD**. In: GADET, F., HAK, H. Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes, 1990.

VERONEZZI, F. (n.d) **A história dos jornais e a origem do jornalismo.** Disponível em: http://www.guiadacarreira.com.br/historia/jornais-jornalismo/

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Veja*.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Veja#2012-atualmente